**UFRJ**
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**
**SESSÃO DE 25/04/2002**
**EXTRAORDINÁRIA**
**ATA**
**REITORIA – 10:00 HORAS – ILHA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA**

Presidente: Sub-Reitora de Desenvolvimento e Extensão, Profª Maria José Chevitarese de Souza Lima
Secretário dos Órgãos Colegiados: Ivan da Silva Hidalgo
Secretária Executiva: Ana Rosa Santos Almeida

Compareceram à reunião os seguintes Conselheiros: Carlos Francisco Theodoro M. R. de Lessa (Decano do CCJE); José Carlos Pereira (representante do Corpo Técnico-Administrativo); Norma Musco Mendes (representante dos Adjuntos do CFCH); José Luiz Fontes Monteiro (representante dos Titulares do CT - suplente); Carlos Antônio Levi da Conceição (representante dos Adjuntos do CT - suplente); José Roberto Meyer Fernandes (representante dos Adjuntos/Doutor do CCS); Oscar Rosa Mattos (representante dos Titulares do CT ); Mário Vaisman (representante dos Adjuntos do CCS); Sérgio Eduardo Longo Fracalanzza (Decano do CCS); Izaías Gonçalves Bastos (representante do Corpo Técnico-Administrativo); Carlos Antônio Kalil Tannus (Decano do CLA); Roberto Antonio Gambine Moreira (representante do Corpo Técnico-Administrativo); Flávio Dickstein (representante dos Adjuntos/Doutor do CCMN); Oscar Acselrad (Decano do CT); Bruno Bacellar Lopes (representante do Corpo Discente); Marco Antonio França Faria (Decano do CCMN); José Ricardo Tauile (representante dos Titulares do CCJE); Ana Clara Torres Ribeiro (representante dos Adjuntos do CCJE); José Mauro Peralta (representante dos Titulares do CCS - suplente); João Carlos Ferraz (representante dos Adjuntos/Doutor do CCJE); Amâncio Paulino de Carvalho (representante do Governo Municipal); Ana Maria de Almeida Ribeiro (representante do Corpo Técnico-Administrativo); Sônia Zyngier (representante dos Adjuntos/Doutor do CLA); Luiz Afonso Henriques Mariz (representante dos Professores Assistentes); Gilda Moreira Santos (representante do Corpo Discente); Maria Ângela Dias Elias (representante dos Adjuntos do CLA); Nísio de Carvalho Lobo Brum (representante dos Adjuntos/Doutor do CT); Miguel Enrique S. Papi (representante do Corpo Discente) e Marcílio Lourenço de Araújo (representante do Corpo Técnico-Administrativo - suplente).

Havendo número regimental, foi iniciada a sessão. Foi concedida a palavra ao primeiro inscrito no expediente. O conselheiro **OSCAR ROSA MATTOS** disse que gostaria de deixar registrada uma posição sua com relação ao CT/INFRA-1 e não em relação ao CT/INFRA-3. Comentou que foi aprovado o CT/INFRA-1 com a condição de que os recursos deveriam ser administrados pela FUJB. Posteriormente, soube que a liberação de recursos seria pela SR-3 com a explicação de que a FUJB estaria ilegal. Por isso, alguns conselheiros da época, entraram com uma notificação judicial junto à FINEP informando que pelo Edital da própria FINEP estava previsto que o projeto tinha que ser aprovado pelo Conselho Universitário e nessa aprovação fo designado que o dinheiro tinha que ser administrado pela FUJB. Isso não foi feito. Finalmente foram informados que chegaram 7(sete) milhões à SR –3, diretamente, não passando pela FUJB. Ontem tomou o cuidado de ligar para a FINEP para perguntar se a utilização desse dinheiro fosse adiada por dois meses causaria algum dano irreversível à UFRJ, isto é, se esse dinheiro não poderia ser gasto no fim do prazo. A informação que recebeu foi que não tem nenhuma data obrigando esse dinheiro a ser gasto nesse prazo, antes do dia 08 de julho, que é o prazo que a nova reitoria tem para assumir. Consultou também um advogado, que consultou a legislação oficial e disse que poderia ser feito um mandado de segurança para ver se conseguiam isso rápido. O advogado perguntou se ele lhe daria uma procuração para isso, ao que respondeu que não, porque não tomará essa decisão individualmente. Com relação ao mestrado profissionalizante, por exemplo, ele tomou essa decisão, junto ao Ministério Público, mas essa não fará. Acha que esse assunto é muito importante ser analisado, que cada um pergunte a si próprio como deve agir nessa situação. Ele, particularmente, entende que esse dinheiro deveria ser bloqueado por dois motivos. Primeiro, porque ele foi passado à SR –3 violentando uma decisão deste Colegiado. O segundo motivo é que, devido a história que tem nesta Universidade, não se sente tranqüilo por este

dinheiro estar na SR-3. Então, particularmente, acha que deveria bloquear esse dinheiro, até a próxima reitoria. Entretanto, só faria isso se a chapa eleita dissesse sim. Então, se a chapa eleita tiver o mesmo tipo de preocupação que ele e quiser dar andamento nisso, está disposto a dar, caso contrário não o fará. Não concorda com esta posição pelos dois motivos já apresentados. A Conselheira **ANA MARIA RIBEIRO** informou que o Sindicato está organizando, do dia 30 de abril a 10 de maio, a semana comemorativa ao Dia do Trabalhador, na Decania do CT, onde haverá atividades musicais, atividades de dança, atividades com os aposentados, atividades com os trabalhadores em educação, exposição de mostra de jornais dos trabalhadores da Universidade e um debate sobre os trabalhadores no poder. Estam trazendo uma série de pessoas de outros estados, inclusive. Isso vai se dividir entre o Fundão, a Praia Vermelha e o Centro da cidade. No dia 9 e 10 de maio, no CCS, vai estar sendo realizado o Seminário de Carreira, e aí em especial a atenção dos Conselheiros pela importância, principalmente dos funcionários do setor de pessoal poderem participar dessas atividades. Vamos estar trazendo, na primeira parte da manhã, o Prof. Lessa e também estarão presentes a ANDES, a FASUBRA. Na parte da tarde estarão o nosso companheiro Carlos Maldonado e o representante da Universidade Federal de Pelotas, que são do GT Carreira. Serão discutidos plano de carreira, alterações de cargo único, que está em Brasília. Por isso é importante que a categoria, principalmente funcionários do setor de pessoal, pudesse acompanhar esse seminário. Vamos expedir certificados. Serão três dias de atividades, com oficinas e com apresentação dos trabalhos sobre a política de trabalho, sobre a política de carreira da nossa categoria. A segunda questão é a nível dos funcionários de natureza especial. Já no Conselho anterior, havia dito que a Lei 10.302, fruto da nossa greve passada, conquistou que esses funcionários que têm uma situação esdrúxula na Universidade. Não são considerados nem CLT, nem estatutário. Aparece no contracheque escrito sem vínculo, mas são 268 (duzentas e sessenta e oito) pessoas do Hospital Universitário, que tem a sua situação na Universidade congelada desde que entraram. Alguns têm treze anos como funcionários e por algum motivo não foram enquadrados na época em que todo mundo foi e que vivem uma situação de congelamento, ou seja, não tiveram ascensões e muitos problemas de aplicação de seus direitos depois de 1995 quando eles foram entrar no SIAPE, até o INSS deixou de ser descontado deles. Conforme o Conselheiro Carlos Maldonado informou aqui no Conselho passado, a SR-4 disse que não tinha pessoal. O Sindicato fez o trabalho todo e apresentaram à SR-4.Na semana passada, foram informados que o pessoal da SR-4 iria a Brasília e eles iriam juntos. Foram à SR-4 na quinta-feira, na sexta-feira, na segunda-feira e não encontraram ninguém na SR-4 e na SR-3. Está todo mundo em Fortaleza fazendo curso de treinamento. Ontem conseguiu, às 19:00 horas, conversar com o Sub-Reitor que está respondendo pela área. Inclusive vai ter que se ausentar por alguns minutos para que ele possa lhe passar os informes detalhados do Ministério do Planejamento, pois às 14:00 horas terão reunião com esses servidores aqui no prédio da Reitoria para ver o encaminhamento do processo. O terceiro informe, acha importante socializar, porque não sabe o que vai acontecer. Em 1997, algumas pessoas, pelo menos ela e o Prof. Marco Antônio, fizeram parte da constituição do Instituto Casa de Ciência, que foi fundado pela Casa da Ciência. Inclusive na época foi convidada, foi formada uma diretoria, são quatro diretores, e ela foi eleita na época vice-diretora. Gostaria de deixar claro ao Conselho que jamais, desde 1997, jamais foi chamada para nenhuma reunião do Instituto. O Prof. Marco Antônio idem. Sendo que foi convocada há quatro meses atrás, se não se engana, para uma assembléia ordinária. Só estavam lá ela e o Prof. Marco Antônio. O Prof. Maurício Arouca não chegava, ficaram duas horas esperando, ela estava de viagem para São Paulo, não podia ficar mais tempo e foi informada que não teve a assembléia. Recebeu na semana passada um telefonema de que hoje à noite haverá convocação da assembléia geral ordinária da Casa da Ciência onde a pauta é prestação de contas. Então, está informando que estará lá hoje à noite. O Prof. **SÉRGIO FRACALANZZA** perguntou se o diretor é o Prof. Maurício. A Conselheira **ANA MARIA ALMEIDA** informou que o Diretor é o João Cesáreo, que não é da Universidade. Foi convidado na época para ser diretor e parece que tem algum cargo de assessoria na SR-3, pelo que lhe conste. Vai deixar aqui registrado porque o resultado da reunião trará aqui para o Conselho. Outro assunto é que teve um e-mail da semana passada do Prof. Oscar Rosa Mattos, não sabe se todos receberam, chamando para discutir, antes de convocar o Conselho passado, a questão do INFRA 3. Depois veio a convocação da reunião do Conselho e depois veio o e-mail do Prof. João Carlos Ferraz dando uma explicação detalhada sobre o trabalho do INFRA 3. Respondeu o e-mail e vai colocar aqui o que respondeu, pois muitos podem não ter recebido o e-mail. Em primeiro lugar, a questão das Fundações

e corrobora com a intervenção do Prof. Oscar Rosa Mattos. Na sessão do Conselho Universitário sobre o INFRA 1, colocou que só tem uma, e exclusivamente uma, fundação universitária reconhecida por este Conselho Universitário, que é a única que tem não só representantes eleitos pelo Conselho para participar do seu Conselho Administrativo, que é a FUJB. No seu estatuto, foi fundada como co-participante da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As demais fundações existentes na Universidade ou são exclusivas de Unidades como, por exemplo, a COPPETEC que é da COPPE. Respondeu que os pareceres dados pelos advogados da FUJB e pela Comissão de Legislação e Normas não apresentaram nenhum problema quanto ao dinheiro ser entregue à FUJB. A decisão foi pessoal e exclusiva do Sr. Sub-Reitor de Patrimônio e Finanças que, por indicação ou por algum meio que não foi deste Conselho, foi denominado coordenador do Projeto e se negou a assinar o convênio com a FUJB. Este é um elemento que tem que estar muito claro porque as coisas têm que ser apuradas. Neste país, as coisas vão do jeito que vão porque quem faz as coisas erradas não paga o seu preço, fica na impunidade. Ou esta Universidade vai tratar as coisas no âmbito que tem que ser vamos estar continuando esse mesmo processo. Alguém não obedeceu, não cumpriu as determinações do Conselho Universitário, por isso acha que tem que ser feita alguma coisa, tem que se apurar as responsabilidades. No Projeto INFRA 3 está se cometendo o mesmo erro que foi cometido no Projeto INFRA 1, em que o Reitor não reconhecia os Decanos desta Universidade, que não reconhecia o Conselho Universitário. Criou um fórum de Diretores de Unidades que, por maior respeito e legitimidade que os diretores eleitos tenham, não é instância desta Universidade. Jamais em tempo algum o Conselho Universitário, com as reformas estatutárias, criou algum órgão, um fórum, um "ad hoc" de órgãos colegiados, que seja composto por Decanos e Diretores. Isso não existe nesta Universidade. É uma afronta à lei, à uma conquista, porque a lei diz claramente que a gestão democrática das instituições de ensino superior se rege pela gestão democrática com 70% de participação docente, mas que a comunidade institucional, funcionários e estudantes, tem que participar da discussão. Então, se criou um processo de discussão onde não há estudantes, onde não há funcionários. Chegamos ao Conselho Universitário para homologar um projeto onde houve inúmeras reuniões onde parcela da comunidade universitária foi excluída do debate. O correto, a tradição desta Universidade, é discussão nas Unidades, nos Conselhos de Centro, no Colégio Superior máximo. Nada impede, como várias vezes já aconteceu nesta Universidade, que o Colegiado máximo se reúna convidando todos os Diretores de Unidades, com direito a voz, para participar do debate. Só que é muito complicado, e aí está colocando como técnica-administrativa e representante do Sindicato, se chegar com um projeto que é importantíssimo para a Universidade, que é dinheiro para a Universidade, que todos querem, onde são chamados apenas para levantar o dedo. Então, a situação que se chegou coloca os Conselheiros como meros levantadores de dedos. É essa a política, esse ponto de vista, que acha importante que tem que ser alterado nesta Universidade. A lei diz claramente que qualquer comissão, inclusive aquelas que forem fazer alteração de estatuto, tem que ter a participação de funcionário e estudante. O Conselheiro **JOÃO CARLOS FERRAZ** disse que respondeu ao Prof. Oscar Rosa Mattos discriminando quais eram os procedimentos que estavam sendo adotados com relação à gestão do Projeto. Com relação a isso, estão realizado reuniões semanais onde estão desenvolvendo mecanismos de gestão de manter que os coordenadores tenham poder fundamental da autorização, da liberação para cada uma das atividades. Estão desenvolvendo mecanismos com o intuito de acompanhar, fiscalizar o Projeto. Trata-se de um Projeto complexo e até o momento a única preocupação é justamente cumprir o que o Prof. Oscar mencionou, trata-se de assegurar os recursos. O grupo de coordenadores somente autorizou o orçamentário. No atual estágio que estamos somente foram liberados os recursos para execução de projetos executivos, e esses projetos executivos são necessários porque somente com isso conseguiríamos ter as informações técnicas para contratar mão de obra física. Com exceção de um projeto que é do Museu, que já tinha percorrido essa etapa do recurso. Os coordenadores, para os cinco módulos do projeto decidiram, isso está na proposta do Projeto, que a execução financeira seria feita da seguinte maneira: o módulo 1, o CCS, seria feita pelo próprio CCS; o módulo 2, CT, será feita parte pelo CT e parte pela Prefeitura; o módulo 3, que é a Reitoria, será a SR-3; o módulo 4 será pela SR-3 e o módulo 5 será pela SR-3. Tomaram todos os cuidados e coloca à disposição de quem quiser, todos os projetos. Têm uma planilha de execução técnica e financeira onde estão identificados quais são as atividades e quais são os recursos que serão necessários a cada momento. Entretanto, na semana passada, informou que existe um grande desafio

que é executar 80% dos recursos liberados até setembro ou outubro. Com relação à colocação da Conselheira Ana Maria, gostaria de dizer que o Reitor não montou nenhum fórum de Diretores e Decanos. Foi uma iniciativa dos próprios Diretores que, conhecendo o que existia, uma oportunidade de projeto, resolveram porque assim está no regimento do Instituto de Economia, uma das atribuições do Diretor do Instituto de Economia é promover e implementar projetos, e nisso ele está dentro de suas atribuições. Como é um projeto complexo, não poderiam perder a oportunidade. Se mobilizaram com um único cuidado, como foi dito na semana passada, de que, em nenhum momento, este fórum de Diretores deveria tomar atribuições de outras instâncias desta Universidade. Entendemos claramente que temos a obrigação de promover e fortalecer a Universidade, promover projetos, o que fizemos foi preparar tecnicamente a proposta de projeto e se não conseguíssemos preparar a proposta de projeto, se não tivéssemos todas as reuniões a presença de servidores técnico-admnistrativos que estão alocados à função associada. Estão circunscritos especificamente à tarefa de preparar uma proposta técnica. Não estão aprovando essa proposta, porque não são instância de deliberação, que é este Conselho. E neste Conselho, graças a não existência de quorum na semana passada, foi possível distribuir a todos os Conselheiros a proposta para que eles analisassem. O Conselheiro **JOSÉ MAURO PERALTA** disse que gostaria de fazer um adendo à intervenção do Conselheiro João Carlos Ferraz. Disse que, na verdade, foi feita uma coisa técnica e que em momento algum houve essa preocupação. O edital foi feito pela UFRJ. O Instituto de Microbiologia pediu para levar a proposta e outros também pediram. Então, houve um consenso de fazer uma única proposta. Houve então uma consciência de todos de que deveriam ter um projeto. Por exemplo, são apresentadas dez propostas ao CEG ou ao CEPG, que podem escolher uma ou duas, é a mesma coisa. Da mesma forma, poderiam ser dez propostas apresentadas aqui e o Conselho aprovar uma hoje. A Conselheira **NORMA MUSCO MENDES** disse que concorda com o Prof. Oscar com relação a bloquear esses 7(sete) milhões assim como qualquer outra verba que possa entrar na Universidade antes da nomeação da próxima reitoria. Parece-lhe que devem realmente passar à discussão do INFRA-3, uma vez que o tempo urge, e no dia 26 tem que ser entregue. Quanto a esse fórum de Diretores, realmente foi algo que lhe parece sem precedentes, mas muito válido, porque se não fossem a iniciativa e o esforço desses Diretores acha que não teriam elaborado nem o IFRA 1 e muito menos o INFRA 3. Acha que devem louvar o trabalho desses Diretores porque entende que isso foi uma iniciativa de emergência. O Conselheiro **OSCAR ACSELRAD** disse que já é de fato público que o Prof. Lessa será o próximo Reitor desta Universidade. O Ministro já deu essa confirmação publicamente. Ele já foi confirmado como Sub-Reitor da próxima gestão, mas ainda é membro deste Conselho Universitário, e quando aceitou, é porque está absolutamente convencido dos pontos que o Prof. Lessa colocou na sua campanha para a reitoria desta Universidade, em que o ponto central é o respeito aos órgãos colegiados desta Universidade. Esse é ponto de partida da sua administração e não tem dúvida de que ele seja respeitado durante a sua administração. Mais do que isso, a expectativa para a próxima gestão, que teve um índice de aprovação de 85% dos votos dos colegas, é de recomposição da Universidade, de costura das fraturas todas, de respeito a todas as instâncias da Universidade, de recompor o tecido interno desta Universidade. A participação dos Diretores é fundamental. Não é só com a vontade da administração, o que se quer é o apoio, a cumplicidade desses 75% de votos nesse processo. Agora, é preciso também deixar claro que também é sob essa ótica de tentar recuperar o histórico, para que possamos avançar sabendo que houve uma crítica ao que passou e que continua para que possa haver o aperfeiçoamento desses mecanismos. Então, é preciso lembrar, quando o Edital INFRA 1 foi colocado, em que situação se encontrava a nossa Universidade. O Conselho Universitário estava sem se reunir há mais de três meses, o Reitor fazia questão de ignorar o Conselho Universitário, anunciava publicamente que o Conselho inclusive não era convocado porque ele não era regular, estava ilegal. Foi dentro desse quadro de interregno de três a quatro meses sem Conselho que se lança o Edital do INFRA 1, e que é muito explícito e muito claro que nenhum projeto seria encaminhado se não tivesse aprovação do órgão máximo da sua Instituição. Então, aconteceu que, diante desse caos institucional, quando não havia nem a possibilidade de o Conselho Universitário tomar conhecimento, discutir a sua participação nesse Edital, houve a iniciativa dos Diretores, que se organizaram para elaborar um projeto no âmbito da Universidade. Acha louvável essa iniciativa. É preciso lembrar também que, no momento inicial, foi um fórum de diretores, mas que, a partir da terceira ou quarta reunião, alguém se lembrou que era preciso incluir Decanos também, e aí criou-se o fórum dos Decanos. O projeto foi feito, o melhor

projeto, isso não se questiona. Agora, ao mesmo tempo que os diretores se organizam para defender um projeto, defendendo a Universidade, lamenta que não tenha havido uma organização paralela e semelhante para defender também a Universidade também nessa outra frente, o Conselho Universitário. Não houve também uma frente política de apoio à Universidade que pressionasse a Reitoria para que ela pudesse convocar o seu órgão máximo. Essa história todo mundo sabe. Já mais para a frente, o que se esperaria, agora numa situação de maior formalidade, pelo menos o Conselho já vinha se reunindo, não havia mais aquele impasse inicial em que o Reitor dizia não reconhecer a legalidade do Conselho Universitário. Com relação ao INFRA 3, esse fórum de Diretores deveria ter ido organizadamente ao Reitor para exigir que o Conselho Universitário fosse convocado para discutir institucional e formalmente esse projeto. Evidentemente, pela sua experiência anterior, é provável que este Conselho teria aprovado uma Comissão formada pelos diretores que estão nesse processo. Não adianta o Prof. Lessa e mais uma meia dúzia de pessoas levantarem a bandeira de prioridades desta Universidade se os 85% que o apoiaram também não estiverem reunidos, porque senão vamos estar sempre assim, colocando o Conselho Universitário numa situação constrangedora. É uma situação quase de chantagem. Ou aprovamos o CT INFRA 3, porque já passamos até dez minutos do prazo, senão perdemos, e ninguém é maluco de perder a possibilidade de ter 10 (dez) milhões para completar o CT INFRA 1. O discurso da Conselheira Ana Maria está coberto de razão. Não se pode ignorar esses segmentos na decisão de problemas tão críticos como esse. Agora, novamente estamos numa situação constrangedora, porque o Conselheiro Oscar Mattos está coberto de razão quando diz que não podemos nos calar diante da violência que foi feita a este Conselho. Então, não adianta só o Prof. Lessa levantar bandeira de que precisamos defender o Conselho Universitário. É preciso que a Universidade se defenda, e não que alguns grupos venham defender interesses, determinadas bandeiras em função de interesses imediatos. Quer deixar registrado seu constrangimento, nesse sentido, por não ter alternativa a não ser aprovar o projeto INFRA 3. Mas essa aberração não pode continuar. O Conselheiro **CARLOS LESSA** disse que há quatro anos só faz aprender sobre a UFRJ. Então, agora, depois da eleição, as lições têm se avolumado. E constata que muitas coisas, e não apenas o encaminhamento do Projeto, a nossa Universidade está extremamente vulnerável. Então, por exemplo, desde 1985 que vem sendo degradado e hoje é inexistente qualquer sistema de novas edificações, alterações das edificações existentes, modificações, etc. Isso tem implicações variadas, pressão sobre a Universidade, implicações patrimoniais e implicações até do ponto de vista de risco, porque alguns laboratórios podem potencializar riscos na vizinhança toda. A Universidade atravessou um incêndio na Escola de Química e a cinqüenta metros estava o depósito de oxigênio que infelizmente não foi tocado pelo incêndio. Se tivesse sido tocado, o CT como um todo teria sido destruído. Indagou a si próprio quem autoriza quem para fazer o quê. A descoberta que fez é que, na verdade, não há nenhuma regra definida e cada um que dispõe de recursos faz o que quer na área que dirige. Então, hoje, estão sendo feitas pequenas obras na Universidade sem que nenhum nível da Universidade tenha conhecimento disso. Os mandatos dos Decanos estão se expirando. Estão expirando os mandatos dos Decanos do CT, do CFCH, do CLA e do CCJE. Nenhum dos quatro decanos está nomeado e não há nenhum ato de nomeação. Dirão que isso é puramente formal. Para ele não é formal, porque os Decanos assinam processos que são decisivos para a vida acadêmica dos estudantes. Os atuais Decanos cujos mandatos se expiraram e não tiveram prorrogação estão despachando normalmente esses processos. Podia gerar um mínimo de controvérsia, mas estão fazendo essa irregularidade para não prejudicar os estudantes. Não está falando de 10 (dez) milhões de reais, e sim de obras que acontecem no silêncio da madrugada sem que ninguém tome conhecimento. Pode ser obra muito pequena do tipo alterar uma divisória, pode ser um novo laboratório, as coisas são decididas não se sabe aonde, etc. Aqui foi levantada a Casa da Ciência e está querendo entender como é a Casa da Ciência e ainda não conseguiu. Pediu ao presidente do Fórum de Ciência e Cultura, que lhe deu um dossiê inteiro. Ele leu e continuou sem entender direito como foi construída, como é regida, etc. Entretanto, a verdade é que *la nave va.* A Universidade continua funcionando porque o *corpus* republicano que a constitui a mantém em funcionamento num quadro de entropia progressiva. Por exemplo, hoje, estamos discutindo um episódio dessa entropia, que está marcado além disso por uma violência explícita a este Conselho, na medida em que este Conselho decidiu que os recursos deveriam ser administrados pela FUJB e o Sub-Reitor da SR –3 decidiu que não, que seria pela SR –3. A UFRJ perdeu 7 ou 8 meses entre o momento em que os recursos foram aprovados e a liberação, e no momento somos levados a aprovar o INFRA 3 sob pena

da Universidade perder posição na competição universitária por esses recursos, e, de certa maneira, somos obrigados a aceitar um padrão de gestão que foi condenado por este próprio Conselho. Quer dizer que, como Reitor eleito e provavelmente nomeado pois o Senhor Ministro anunciou ao país que seria confirmado, no momento em que assumir, fará alguns atos com a maior urgência. Por exemplo, confirmar os Decanos eleitos como Decanos, confirmar alguns Diretores como Diretores e transferir para a FUJB a administração desses recursos, porque essa foi a decisão deste Colegiado. Neste momento, apesar de se sentir muito próximo da opinião do Prof. Oscar, acha que bloqueando a aprovação do INFRA 3 estão reduzindo a posição da UFRJ na disputa por esse recurso. Então, esse é mais um sinal do caos que nos ameaça. Então, nesse sentido, quer dizer que a sua posição é que, apertando o nariz, vai aceitar mais essa violência dentro do processo geral do caos. Quer dizer que o que tem feito até agora é começar a mapear os mistérios, ou as caixas pretas, ou as insuficiências da Universidade. Confessa que a cada semana aprende coisas absolutamente assustadores, algumas das quais não são divulgáveis. Mas a verdade é que o grande mistério é como esta Instituição, apesar de tudo, isso continua funcionando. Aliás, isso deveria ser matéria de doutoramento a ser promovida. Deve desrespeitar todas as regras conhecidas e sedimentadas de como administrar uma estrutura. Então, a sua posição é aprovar o INFRA 3 porque, não aprovando, é estabelecer um obstáculo num processo aonde temos dimensões tão absurdas ou mais absurdas acontecendo no momento, como por exemplo, os Decanos que estão assinando processos que eventualmente podem ser contestados. É evidente que pedirá, na primeira sessão em que estiver presidindo, que este Conselho homologue os novos decanos e que considere todos os atos assumidos por eles. Acha que devemos procurar manter a Universidade, precisamos desse recurso. Ele, como futuro Reitor, se compromete a cumprir esta e todas as demais decisões que o Colegiado vier a tomar sobre a matéria. Esta é a posição que queria expressar. A Conselheira **GILDA MOREIRA DOS SANTOS** disse que são tantos absurdos nesta Universidade que se sente até como um personagem de Franz Kafka, ao qual dizem que vai ser preso e ele nem sabe o porquê. Exatamente a mesma coisa. Chega um projeto pronto, que precisa ser aprovado hoje, senão a Universidade vai perder. Fica se perguntando até que ponto não estamos agindo como esse personagem kafkiano. A questão é que pode se abrir um precedente neste Conselho, que já decidiu que a forma pela qual entraria dinheiro nesta Instituição seria através da FUJB. Isso foi aprovado aqui, de outra maneira não poderia entrar dinheiro na UFRJ. Aprovando isso estaremos abrindo um precedente. Absolutamente não se sente à vontade para votar e aprovar um projeto que nem teve tempo de ler ainda. Então, não se sente para levantar o dedo, porque acha que foi para isso que foi convocada. Como a Conselheira Ana Maria falou, é crucial a participação dos estudantes e dos técnico-administrativos nesses projetos. Particularmente, não se sente à vontade para votar esse Projeto, e particularmente é contra, por princípio mesmo com relação a essa questão de verbas que rola através dos fundos setoriais. O Conselheiro **JOSÉ ROBERTO MEYER** disse que, como Conselheiro, foi signatário de uma notificação ao MEC que colocava que a verba aprovada neste Conselho seria gerenciada pela Fundação José Bonifácio e não pela SR-3. Gostaria de compartilhar o sentimento de indignação do Conselheiro Oscar Rosa Mattos e com todos. Teve oportunidade de falar pessoalmente com o Conselheiro Oscar Rosa Mattos, informalmente, que ele, como docente desta Universidade e membro deste Conselho, não tem nenhum constrangimento em não aprovar principalmente se esse dinheiro viesse a ser destinado à atual administração central. Agora, sabemos que esse dinheiro vai entrar numa nova administração. Não quer prever nada, não tem nenhuma bola de cristal, mas quem assina o encaminhamento, pelo menos os nomes que estão listados, são os do Prof. José Henrique Vilhena de Paiva e o do Prof. Maurício Arouca e coloca até como dúvida se um ou outro irá assinar esse encaminhamento. E talvez, hoje, a quem interesse que nem entremos nessa competição sejam os próprios signatários desse pleito. O Conselheiro **ROBERTO GAMBINE** disse que, na verdade, quando se discute essa questão, se observa essa série de situações que o Conselheiro Lessa descreveu com alguns exemplos. Fica imaginando a situação dos diretores que recebem a possibilidade de, através de um projeto, conseguir recursos fundamentais para a administração da sua Unidade, de tomar rapidamente essa decisão para que não perca, e o temor de não ter tomado a decisão e colocar em risco recursos fundamentais para sua administração. Por outro lado, também, vê que tudo isso se reflete em quem já está com o CT/INFRA-1. Nesse momento, a impressão que dá é que a administração parece personagem de filmes de terror em que o mocinho mata os monstros e daqui a pouco eles aparecem novamente e é preciso fazer novos esforços. Talvez ainda esteja vivenciando o

finalzinho dessas manifestações. Foi assim na questão do concurso público. Vimos essa manifestação de intolerância por parte do Reitor, que sequer teve a capacidade de ouvir algumas sugestões em que definíamos de que maneira seriam definidos os cargos do concurso. O Sub-Reitor de Patrimônio, pelo que lhe parece, tomou uma decisão exclusiva, porque é ordenador. Na verdade, foi uma decisão particular, de quem simplesmente ignora a decisão do Conselho Universitário. É fundamental que, ainda que tenha sido um processo de elaboração dos projetos que tenham sido envolvidos os servidores técnico-administrativos, e sabe que foram, até conhece alguns deles, com os quais teve a oportunidade e satisfação de trabalhar, só que do ponto de vista institucional essa representação não se fez presente. Na verdade, o processo chegou ao Conselho na semana passada e tivemos que tomar algumas decisões e encaminhar alguns expedientes para que pudéssemos, de alguma forma, ampliar as informações contidas no Projeto e a própria Comissão de Desenvolvimento estabelecesse um parecer que fosse aprovado porque o objetivo de todo mundo é garantir a aprovação dada a importância desses recursos para cobrir uma série de necessidades. Entretanto, é evidente que não podemos perder de vista esses rompimentos institucionais que, como falou dos personagens dos filmes, insistem em se manifestar apesar de tudo o que já foi feito. Não podemos aceitar isso tudo calado, não podemos achar que está tudo bem. Evidente que vamos tentar administrar isso mas não podemos deixar de registrar esse tipo de coisa. Acha que isso é um tipo de passado que espera fique no passado, mas não podemos esquecer para que não se cometa de novo esse tipo de erro. Então, quando a Conselheira Ana Maria levanta a questão da participação dos servidores técnico-administrativos é extremamente legítima e fundamental não abrir mão dessa questão quando se trata de discussões gerais da Universidade que envolvem o conjunto da Instituição. Essa questão é fundamental para que possamos sobreviver como instituição. Não podemos transformar isso num objetivo de funcionamento, temos a capacidade de reconstruir para fazer com que avancemos cada vez mais e possamos construir as nossas relações administrativas, as nossas relações políticas, sejam privadas ou públicas da nossa sociedade, e torná-las claras, que sejam legítimas, dignas, sem desconfianças. Teme achar que determinados processos possam ser encaminhados do ponto de vista de interesses que não estão claramente identificados. Quanto mais institucionalidade tiver nas nossas relações, quanto mais forem amplas, transparentes as nossas relações administrativas, melhores serão os nossos projetos, mais força teremos para que nos entendamos aqui dentro e lá fora. Nesse sentido, acha que a nossa decisão deve ser aprovar o Projeto ouvido o parecer da Comissão e que possamos, na verdade, a partir desse episódio, reconstruir a nossa institucionalidade, a nossa relação, a nossa transparência e o fortalecimento da nossa presença como UFRJ. O Conselheiro **JOSÉ CARLOS PEREIRA** disse que primeiro tem uma dúvida e gostaria que depois a Comissão que fez o Projeto lhe esclarecesse a respeito. Segundo, não tem nenhum constrangimento de colocar aqui que votaria contra o Projeto tendo em vista todas essas argumentações que foram levantadas aqui com respeito a este Conselho. No entanto, lembra-se, com relação à falação do Conselheiro Lessa, que, como ele colocou, será provavelmente o futuro Reitor, se comprometendo de trazer todos esses recursos para a FUJB, recuperando uma decisão deste Colegiado, ou seja, entrando no caminho pelo qual sempre nos portamos, o respeito. Então, apóia a posição do Conselheiro Oscar Rosa Mattos no sentido de conseguir ver que mais uma vez isso se repetiu aqui dentro. No entanto, a sua dúvida vai para duas coisas, e gostaria que o Conselheiro João depois lhe respondesse: no item 2.1 - Formulação do Plano Estratégico, que cria um fórum de Decanos e Diretores, um colegiado *ad hoc* constituído exclusivamente para esse fim. A dúvida é se a figura do colegiado é pertinente dentro da estrutura. A segunda dúvida é na Justificativa Resumida: " O Fórum de Decanos para projetos que venham a ser abertos futuramente." Indagou se esse Edital do INFRA 01 vai balizar todos os editais que vierem. Terminado o Expediente, a Profª **MARIA JOSÉ CHEVITARESE** passou à ORDEM DO DIA. Primeiro ponto de pauta: 1 - Eleição das Comissões Permanentes do Conselho Universitário (Comissão de Legislação e Normas, Comissão de Ensino e Títulos e Comissão de Desenvolvimento). O Conselheiro **OSCAR ACSELRAD** disse que gostaria de propor a este Conselho para deixar o primeiro ponto de pauta para a primeira reunião ordinária do Conselho depois do recesso. A Prof. **MARIA JOSÉ CHEVITARESE** esclareceu que as Comissões deveriam ser eleitas na primeira sessão do ano, o que não aconteceu. Sugeriu manter as Comissões como estão no sentido de regularizar essa situação uma vez que a Comissão de Desenvolvimento se manifestou sobre o projeto e, na verdade, essa Comissão não existe. O Conselheiro **MARCO ANTÔNIO FARIA** disse que o pressuposto da proposta do Conselheiro Oscar Acselrad é a

prorrogação do mandato A Prof. **MARIA JOSÉ CHEVITARESE** propôs a prorrogação dos mandatos das Comissões até o final de junho, porque assim quando entrasse a nova reitoria se faria a eleição das Comissões. Colocou em votação a manutenção das Comissões até o dia 30 de junho. APROVADA, por unanimidade. Passou ao segundo item da pauta: 2 - Projeto INFRA 3. Passou a palavra ao relator pela Comissão de Desenvolvimento. O Conselheiro **MARCO ANTÔNIO FARIA** disse que, baseada no relato que o Conselheiro Peralta fez na última sessão detalhando o Projeto, a Comissão deu o seu parecer do seguinte teor: "O Projeto CT INFRA III tem, por coerência, uma forte vinculação às necessidades infraestruturais das instalações físicas da UFRJ, apontadas no Projeto CT-INFRA I. Sua divisão em módulos se gue a mesma lógica do primeiro, acrescido de um sexto módulo que trata especificamente das bibliotecas. Algumas unidades não atendidas no projeto I foram incluídas nos módulos III e V. Unidades atendidas em suas necessidades de recuperação de instalações físicas, apresentaram no projeto III demandas com relação aos seus equipamentos de pesquisa. Examinando o projeto apresentado a Comissão de Desenvolvimento entende que seu principal objetivo, de recuperar e consolidar a infra-estrutura de pesquisa como fator de integração estrutural e institucional da UFRJ, será plenamente viabilizada pelo conjunto de metas estratégicas propostas. As sim sendo somos de parecer favorável à aprovação. Em 25 de abril de 2002." A Profª **MARIA JOSÉ CHEVITARESE** colocou o parecer em discussão. O Conselheiro **JOSÉ MAURO PERALTA** disse que o Conselheiro José Carlos Pereira colocou algumas questões sobre o Projeto que acha interessantes. Com relação à Justificativa Resumida, onde se lê: ... " ao presente EDITAL e aos EDITAIS que venham a ser abertos futuramente.", concorda plenamente que fique só para o presente EDITAL. E também concorda em substituir "colegiado ad hoc" por grupo de Diretores ou fórum de Diretores. O Conselheiro **CARLOS LESSA** disse que tem uma expressão que gosta de usar que é grupo de trabalho. O Conselheiro **JOSÉ MAURO PERA**LTA disse que essa expressão grupo de trabalho estava e propôs a substituição. O Conselheiro **MARCO ANTÔNIO FARIA** disse que gostaria de chamar a atenção para que a coordenação do Projeto ficasse sob a Sub-Reitoria de Patrimônio e Finanças até o dia 07 de julho, a partir daí ao Sub-Reitor que vier. O Conselheiro **JOSÉ MAURO PERALTA** disse que essa sugestão já saiu no Conselho passado, referente à coordenação, no item Mecanismos Gerais da Execução, que seria, na verdade, no presente momento, pelo Prof. Maurício Arouca até o dia 07 de julho. Não havendo mais manifestações, a Prof. **MARIA JOSÉ CHEVITARESE** colocou em votação o parecer da Comissão de Desenvolvimento. APROVADO, por unanimidade. O Conselheiro **OSCAR ROSA MATTOS** disse que gostaria de declarar o seu voto quanto ao problema que colocou no expediente. Gostaria de deixar registrado que entende e aceita a posição da chapa eleita mas não concorda com ela, e espera estar errado que daqui a dois meses não estejamos chorando o leite derramado, por uma situação de fato, por termos deixado 7(sete) milhões de reais na SR-3 e termos deixado esse ato de violência a este Conselho. Não vai tomar nenhuma atitude nesse sentido. Disse que para tomá-la só se a chapa eleita o fizesse. Como ela não faz, ele respeita, embora não concorde com ela, e espera sinceramente estar errado. Essa é a sua declaração de voto. A Conselheira **ANA CLARA RIBEIRO** disse que acha que teve o mesmo gesto do Conselheiro Oscar Rosa Mattos, com relação a aprovar ou não aprovar. Praticamente neste Conselho vivemos situações como essa. Isso é uma herança da ditadura. Questões como essa, não completas, não bem feitas, levam a uma não saída. Enfim, sente-se ainda desinformada dos fatos. Acha que a Conselheira Ana Maria usou uma expressão muito boa em termos de mal estar. Recebeu esse documento mas conhece muito bem como se faz projetos, e sabemos muito bem que existem muitas informações, muitos sentidos por trás das decisões tomadas. Não duvida da honestidade de pessoas, de maneira nenhuma, mas de qualquer forma crê que é desagradável a sensação de que você não chegou completamente a discutir. Quer dizer, a conjuntura que existia era a de conselhos não convocados, gestões democráticas não respeitadas, isso é profundamente sério. Claro que as pessoas tinham que tomar iniciativa, é assim que a Universidade está funcionando, mas a nossa expectativa é que haja realmente uma inversão disso com relação a nova reitoria. Sabemos que vai ser difícil a tarefa da nova reitoria. Estamos em apoio a ela completamente, mas ela aconselharia a retomada dos pontos, esses pontos todos, com a nomeação da nova reitoria, inclusive para que se possa discutir as instâncias de gestão de projetos. Como está, quer dizer, há uma divisão física do espaço que não corresponde à divisão acadêmica, é uma sorte você estar dentro desse ou daquele outro módulo. Então, não tem nenhuma reflexão acadêmica universitária sustentando a distribuição que foi ao acaso, de um projeto fracassável de construção física da

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quer dizer, é um *campus* inconcluso que leva a despejarnos no módulo x ou y e não em outro qualquer, quer dizer, um *campus* fraturado, que agora tem a sua fratura costurada através da mesma construção de distribuição via este fórum. Então, crê que isso teria de ser rediscutido academicamente num segundo momento e que essa rediscussão esteja garantida no início da nova gestão. Essa é a sua declaração de voto. A Conselheira **SÔNIA ZYNGIER** disse que queria fazer dela as palavras do Conselheiro Oscar Rosa Mattos e registrar sua indignação na construção do fórum de Diretores, pois a muito custo a Faculdade de Letras conseguiu fazer parte. Volta a falar no perigo da expressão grupos de excelência Acha profundamente perigosa essa colocação. Está votando a favor apesar de tudo e sua declaração de voto é um voto de confiança à nova gestão, esperando que a UFRJ mude, da forma como ela administra seus recursos, da forma como ela concorda sob essas condições. O Conselheiro **CARLOS LESSA** disse que, como reitor, sente-se, por um lado muito angustiado pelos problemas de que vai tomando conhecimento, mas ao mesmo tempo também se sente muito confortado em ter companheiros da qualidade do Conselheiro Oscar e dá garantias de que as coisas neste Conselho funcionarão de maneira absoluta clara e correita. Em segundo lugar queria dizer que conversou com o Sr. Ministro da Educação, que inclusive assumiu publicamente que ele, Conselheiro Carlos Lessa, será o novo reitor da UFRJ e lhe concedeu passagem emergencial para tratar sobre um conjunto de pleitos referentes a um plano emergencial que abrange a Universidade como um todo. Considerando que teve 85% dos votos da Universidade, falando nessas questões elas estariam homologadas neste Colégio. Pediu ao Conselheiro Fracalanzza, Vice-Reitor, que coordenasse os trabalhos de montagem de um plano emergencial. Esse plano emergencial assume, como critério, a Universidade como um todo e assume como tarefa prioritária para o Reitor a defesa das instalações e prédios da Universidade. Praticamente todos os prédios da UFRJ seriam interditados se fosse feita uma perícia do Corpo de Bombeiros. Os nossos prédios não têm castelo d'água, não têm sistema de prevenção de incêndio e muitos deles não são dotados sequer dos hidrantes necessários para, usando a água que chega pela rede pública, enfrentar situações de risco. Temos um quadro extremamente alarmante de insegurança no *campus* do Fundão. No *campus* do Fundão, se não for resolvida a questão da iluminação, a segurança fica comprometida. A iluminação é condição necessária mas não o suficiente. Então, argumentou com o Ministro e chamou a atenção de que os nossos prédios têm obstáculos arquitetônicos para a circulação de portadores de deficiência, que não têm acesso a muitas instalações da UFRJ. Não temos praticamente nenhum banheiro preparado para atender ao paraplégico. Colocou ao Ministro que a Universidade necessitava o atendimento de temas emergenciais. Na ocasião, o Ministro se comprometeu a abrir caminho para isso e disse que, no início da gestão do atual Reitor, ele havia feito a mesma oferta mas quando o Reitor lhe apresentou uma fatura que incluía todas obras pensadas e pensáveis da UFRJ ele simplesmente não deu prosseguimento. Disse que o que ia solicitar é aquilo que diz respeito à dignidade das pessoas que trabalham na UFRJ e diz respeito às condições de prevenção tolerável de riscos. Disse que há um componente de risco que ele não pode controlar que é a coexistência de laboratórios que foram se instalando na ausência de qualquer concepção global, na ausência de qualquer sistema de controle. Muitos laboratórios são caixas pretas, colados uns aos outros, o que pode acontecer em um diz respeito ao conjunto. E ninguém sabe exatamente o que está acontecendo dentro de cada um deles. Então, por providência do Decano do CCS, conseguiu um grupo de trabalho com pessoas do CCS e do CT para estudar os riscos especiais dessas instalações. Não vai encaminhar isso agora ao Ministro porque ainda não sabemos quais são. Agora, riscos ligados a incêndio, riscos ligados à insuficiência de iluminação, ou pelo menos degradações ligadas ao estado para deslocamento de pessoas e a reforma de todos os banheiros, vai encaminhar como um pacote no dia em que ele assinar sua nomeação. Então, todos os que tenham conhecimento de coisas desse tipo, façam chegar ao Conselheiro Fracalanzza, que está coordenando esse trabalho. A Conselheira **ANA CLARA RIBEIRO** disse que o pacote é absolutamente essencial mas tem a questão da comida. Isso é um absurdo, uma Universidade não ter solução para a circulação, para alimentação, para a higiene fundamental dos seus membros. O Conselheiro **CARLOS LESSA** disse que bandejão vai deixar um pouco mais para a frente. Nada mais havendo a tratar, a Profª **MARIA JOSÉ CHEVITARESE** agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Eu, Ivan da Silva Hidalgo, Ivan da Silva Hidalgo, Secretário dos Órgãos Colegiados, para constar, lavrei a presente Ata.